



PL 3713/2019
00004

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

EMENDA Nº - CCJ
(ao PL nº 3713, de 2019)

Acrescente-se o inciso X ao artigo 6º da Lei nº 10.826, 22 de dezembro de 2003, modificado pelo art. 7º do PL nº 3713, de 2019, com a seguinte redação:

“Art. 7º O art. 6º da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

X- os membros das Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Defensoria Pública presta serviços de enorme qualidade na defesa daqueles que, muitas vezes, não tem dinheiro para arcar com as custas de advogados. Atuando nas mais diferentes áreas, o defensor público, por diversas vezes, se vê em situações difíceis, sobretudo em áreas delicadas, como família, penal, execução penal.

Diante disso, remanesce a esses agentes do Estado o inalienável direito de proverem sua própria segurança, mesmo quando cessado o exercício funcional, sujeitos que estão a represálias até mesmo depois de terem sido transferidos para a inatividade.

Nesse ponto, não custa lembrar que os membros das Defensorias Públicas podem ser arrolados no mesmo patamar de riscos a que estão sujeitos os magistrados, os membros dos Ministérios Públicos, os



SF/23193.87902-09



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

agentes do fisco, os policiais e outros servidores já beneficiados por dispositivos que incluem o porte de arma entre suas prerrogativas.

Deve ser ressaltado que os defensores públicos, no exercício de suas funções institucionais, podem, a qualquer momento, contrapor-se a interesses escusos de terceiros, seja patrocinando ações que, por força de lei, lhe são inerentes, seja atuando na defesa daqueles que se socorrem das defensorias públicas na garantia dos seus direitos.

Isto posto, roga-se apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador **LUCAS BARRETO**
PSD-AP



SF/23193.87902-09